

escritos
indígenas

**Só depende de nós!
Experiência das oficinas de Direito com os
professores indígenas Guarani, Kaiowá,
Terena e Mura**

*It depends just on us! Experience of the
law workshops with Guarani, Kaiowá,
Terena and Mura teachers*

Luiz Henrique Eloy Amado*

Relato aqui reflexões feitas a partir de oficinas de direito realizadas com os professores indígenas de quatro povos diferentes, três de Mato Grosso do Sul e um do povo mura do Amazonas. Aproveito o ensejo para colocar no papel algumas impressões que vieram à baila a partir de questionamentos feitos pelos professores que atuam nas escolas e vivenciam cotidianamente a realidade da comunidade. Uma coisa é estudar a legislação que trata do direito dos povos indígenas, outra coisa é saber qual será a leitura prática dessa lei no dia a dia da comunidade. Dessas oficinas, foi possível retirar algumas leituras dadas para a lei indigenista do ponto de vista indígena.

Tive a oportunidade de realizar oficina com os professores indígenas Mura, como professor convidado da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, na disciplina "Seminário temático e planejamento pedagógico: Movimentos, lutas e direitos indígenas", no curso de formação de professores indígenas - turma Mura. O encontro se deu nos dias 14 e 15 de maio de 2012, no município de Altazes-AM.

No primeiro dia, por conta da cheia do rio Negro, cheguei alguns minutos atrasado, mas senti-me super à vontade, pois os professores me receberam com aplausos. Somente no final do curso, descobri que os aplausos eram por conta de meu atraso, e que os professores mura aplaudiam aqueles que chegavam atrasados, um maneira de chamar atenção para seu ato faltoso.

Os professores mura foram incansáveis participantes de toda a oficina, estavam com sede de seus direitos. Em cada te-

* Terena da Aldeia Ipegue, município de Aquidauana, MS. Advogado. Coordenador do Observatório dos Direitos Indígenas - ODIN/UCDB. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local. Integrante do Programa Rede de Saberes - NEPPI/UCDB. Assessor Jurídico do CIMI em Mato Grosso do Sul. E-mail: luiz-eloy@hotmail.com

mática, eles tinham questionamentos práticos. Quando entrei na sala de aula, já encontrei o quadro cheio de perguntas. Eram questões que expressavam as expectativas que eles tinham. O tema das interrogações variava muito, mas a maioria com relação à terra e sua gestão, tais como o usufruto no território indígena, a criação de gado dentro das áreas demarcadas, o ingresso de não índios e da própria polícia militar nas aldeias. O que achei muito interessante foi o acontecimento do último dia. Após o término da oficina, certo professor me convidou para ir a um restaurante dizendo que lá estavam algumas lideranças reunidas.

Chegando ao local, certo cacique afirmou que ficou sabendo que havia chegado à cidade um advogado índio terena. E, de pronto, ficou curioso para o conhecer, pois de um dia para outro ele tinha virado comentário.

Os professores relataram às lideranças tudo o que eu havia falado nos dois dias de oficina, sobre a autonomia da comunidade, sobre a luta pela terra e sobre as leis em geral. Falaram da importância de se ter um advogado da comunidade. As lideranças ouviram atentamente. Após isso, o cacique se manifestou dizendo: “Está decidido, temos que ter um advogado índio também. A partir do ano que vem, enviaremos nossos jovens para cursar direito em Manaus, a comunidade irá apoiar eles”.

Quando ouvi isso, fiquei muito surpreso e, ao mesmo tempo, feliz. O que mais me impressionou foi o fato de os jovens irem para cidade e serem apoiado em tudo pela comunidade, ou seja, os estudantes receberiam ajuda durante toda a graduação, mas com o compromisso de, quando retornarem, defender seu povo.

Nesse momento, reafirmei o verdadeiro sentido da educação superior para os povos indígenas, pois de nada adiantará para nós, enviar jovens para cursar uma faculdade, se eles não derem uma devolutiva para seu povo.

Já com os professores terena, realizamos a oficina na aldeia Cachoeirinha, município de Miranda-MS, na própria escola da comunidade. Na oportunidade, estava acontecendo a 1º Feira de Ciência da comunidade idealizada pelo professor terena Leosmar Antonio. A oficina aconteceu nos dias 17 e 18 de outubro de 2012, junto comigo lá estive a também bacharel em direito Simone Eloy Amado. Na oportunidade, estavam também as lideranças tradicionais, agentes de saúde da comunidade e alguns acadêmicos indígenas.

Iniciei o trabalho na comunidade terena falando dos desafios que o movimento indígena tem enfrentado, tal como a PEC 215, que tramita no Congresso Nacional, e Portaria n. 303 da AGU, que estava na pauta das lideranças indígenas de todo o Brasil.

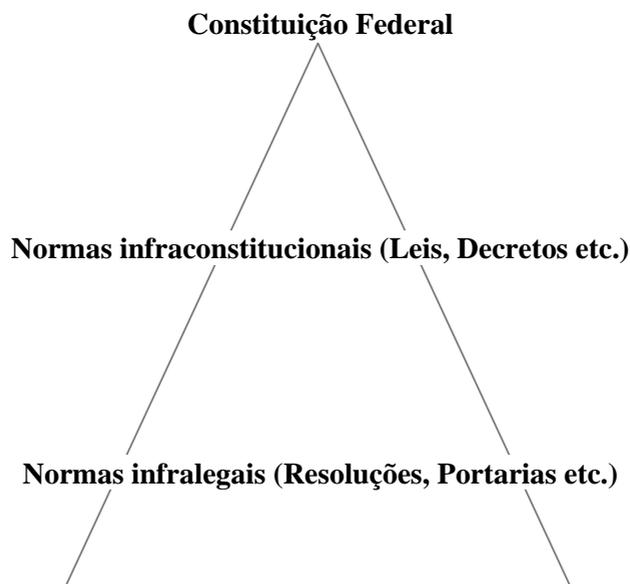
Entre as lideranças terena, o discurso que prevaleceu foi a necessidade de se ter representante eleito pela comunidade nas instâncias do poder legislativo. Nessa oficina, quando da oportunidade de falar da PEC 215, expliquei

com detalhes o processo legislativo. Como se dá a tramitação dos projetos de leis e negociações políticas para sua aprovação. Especificamente, abordei como estava se dando as articulações da bancada ruralista e evangélica para aprovarem a PEC que tira da FUNAI a competência para demarcar terra indígena. Fui categórico com as lideranças dizendo que, no Congresso Nacional e em outras instâncias do poder legislativo, os povos indígenas não tinham representação e, por isso, com muita facilidade os interesses anti-indígena conseguiram aprovar suas pautas. Em razão disso, a partir dessa explanação as lideranças terena presente reafirmaram a necessidade de ter índios que defendam os interesses das comunidades nas instâncias de poder.

Com relação aos professores guarani e kaiowá, o encontro aconteceu no âmbito da Licenciatura Intercultural Teko Arandu, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, nos dias 5 e 6 de novembro de 2012, na cidade de Dourados-MS.

Fiquei encantado com a diversidade de *tekoha* de origem daqueles professores com quem trabalhei durante a oficina. Com os professores guarani e kaiowá, trabalhei a legislação que, de costume, pontuava nas demais oficinas, mas a leitura que eles fizeram foi totalmente diferente.

Para trabalhar a legislação indigenista, sempre começo desenhando o que, no curso de direito, chamamos de pirâmide de Kelsen, para demonstrar aos indígenas que a Constituição Federal está no ápice do ordenamento jurídico e, abaixo, as demais legislações. Ressalto que é justamente na Constitui-



ção, ou seja, na Lei Maior que estão os direitos deles, que não foram dados

de graça, mas que foi resultado de luta do próprio movimento indígena e das lideranças que hoje não estão entre eles.

Figura 1 - Pirâmide de Kelsen

Apois minha explicação, logo um professor kaiowá se levantou e disse:

No nosso direito, nós temos também uma pirâmide parecida com essa, só que ela está ao contrário, pois o direito de nós, guarani kaiowá está lá embaixo, sendo desrespeitado e pisado por todos.

Essa afirmação me chamou muito atenção, e fez-me refletir sobre o grande desafio em trabalhar o direito em um contexto de desigualdade, violência



e negação de direitos.

A figura abaixo foi o que o professor kaiowá desenhou no quadro. Para ele o direito consuetudinário do Guarani Kaiowá está no ápice da pirâmide, só que atualmente essa pirâmide está de cabeça para baixo, pois o fazendeiro tem pisado nos direitos dos índios. O que tem prevalecido é apenas o direito do não índio.

Figura 2 – Pirâmide desenhado pelo professor Kaiowá

A inovação da oficina com os Guarani e Kaiowá foi o aprofundamento

da Convenção 169 da OIT. Dividi os professores em grupos temáticos: política, terra, educação, saúde, trabalho, meio ambiente, indústria e artesanato. Disse aos professores que a convenção é uma legislação indigenista, pois fora elaborada por não índios; que é uma lei muito boa, mas que precisávamos dar uma leitura para ela a partir do ponto de vista da comunidade, da leitura do índio e, principalmente, da ótica dos professores indígenas que estão na comunidade.

O grupo que debateu a Política sedimentou que

[...] As comunidades indígenas têm seus próprios sistemas, mas devido às imposições de regras, criaram até pirâmide de lei, que não são capazes de resolver os problemas da comunidade. Mesmo com os direitos garantidos na Constituição Federal, muito pouco se faz para os povos indígenas.

Na avaliação final do curso, muitos relataram que na “Constituição nosso direito está muito bonito, mas quando sai do papel não tem força”. Os professores reconhecem que, em Mato Grosso do Sul, não será muito viável aplicar o direito próprio (direito consuetudinário), visto que estamos entre três fronteiras e próximo das cidades.

De tudo que pude perceber, creio que o caminho é fortalecer a organização própria de cada povo. Perante a lei, todos são iguais, mas o que difere o índio do não índio é a sua cultura, sua língua e seu modo de ver o mundo. Os professores foram unânimes em afirmar que temos que ter coragem de lutar pelos nossos direitos, pensar mais na comunidade. “Se o índio apanha hoje com o preconceito e discriminação é porque só pensa no branco”.

Temos que nos empoderar para juntos ocupar espaços importantes que nos possibilitem firmar nossa autonomia, isso só depende de nós!

